

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1. Natureza jurídica e conceito	1
2. Objeto e abrangência	3
3. Codificação e fontes do direito administrativo	5
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês	7
5. Sistema administrativo brasileiro	8
6. Regime jurídico-administrativo	10

CAPÍTULO 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
1. Noções de Estado	13
1.1. Forma de Estado	13
1.2. Poderes do Estado	14
2. Noções de governo	16
2.1. Sistema de governo	16
2.2. Forma de governo	17
3. Administração pública	18
3.1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito ..	18
3.2. Administração pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico	19
3.3. Administração pública em sentido material, objetivo ou funcional	20
4. Organização da administração	22
4.1. Entidades políticas e entidades administrativas	22
4.2. Noções de centralização, descentralização e desconcentração	23
4.3. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais	27
4.4. Criação de entidades da administração indireta	29

4.5. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas	34
4.6. Entidades em espécie	39
4.6.1. Autarquias	39
4.6.1.1. Conceito	39
4.6.1.2. Criação e extinção	42
4.6.1.3. Natureza jurídica	42
4.6.1.4. Patrimônio	43
4.6.1.5. Atividades desenvolvidas	43
4.6.1.6. Atos e contratos	44
4.6.1.7. Orçamento	45
4.6.1.8. Regime de pessoal	45
4.6.1.9. Nomeação e exoneração de dirigentes	47
4.6.1.10. Capacidade exclusivamente administrativa	48
4.6.1.11. Relação com o ente estatal instituidor	48
4.6.1.12. Controle de desempenho	48
4.6.1.13. Autarquias sob regime especial	49
4.6.1.14. Controle judicial	51
4.6.1.15. Juízo competente	51
4.6.1.16. Privilégios processuais	52
4.6.1.17. Prescrição quinquenal	53
4.6.1.18. Imunidade tributária	54
4.6.1.19. Responsabilidade civil	55
4.6.2. Fundações públicas	55
4.6.2.1. Conceito	55
4.6.2.2. Natureza jurídica	57
4.6.2.3. Regime jurídico	64
4.6.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista	70
4.6.3.1. Introdução	70
4.6.3.2. Conceito	74
4.6.3.3. Criação	76
4.6.3.4. Objeto	78
4.6.3.5. Regime jurídico	79
4.6.3.5.1. Sujeição ao direito privado e ao direito público	79
4.6.3.5.2. Controle	80
4.6.3.5.3. Estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas	82

4.6.3.5.4. Prestação de serviço público mediante outorga legal (“descentralização por serviços”)	84
4.6.3.5.5. Benefícios fiscais	87
4.6.3.5.6. Imunidade tributária	88
4.6.3.5.7. Licitação	90
4.6.3.5.8. Responsabilidade civil	92
4.6.3.5.9. Falência	92
4.6.3.5.10. Pessoal	93
4.6.3.5.11. Dirigentes	96
4.6.3.5.12. Bens	97
4.6.3.6. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	99
4.6.3.6.1. A forma jurídica	100
4.6.3.6.2. A composição do capital	101
4.6.3.6.3. O foro processual para entidades federais	101
4.6.4. Consórcios públicos	102
4.6.4.1. Contrato de rateio	110
4.6.4.2. Contrato de programa	111

CAPÍTULO 3

ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS

1. Órgãos públicos

1.1. Teorias sobre a natureza jurídica da relação entre o Estado e os agentes por meio dos quais atua

1.1.1. Teoria do mandato

1.1.2. Teoria da representação

1.1.3. Teoria do órgão

1.2. Conceito de órgão público

1.3. Características dos órgãos públicos

1.4. Capacidade processual

1.5. Classificação

1.5.1. Órgãos simples e compostos

1.5.2. Órgãos singulares e colegiados

1.5.3. Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos ...

2. Agentes públicos

2.1. Classificação dos agentes públicos

2.1.1. Agentes políticos	126
2.1.2. Agentes administrativos	127
2.1.3. Agentes honoríficos	128
2.1.4. Agentes delegados	128
2.1.5. Agentes credenciados	129

CAPÍTULO 4

REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR	131
1. Reforma do Estado e administração gerencial	131
2. Contrato de gestão	136
2.1. Contrato de gestão celebrado com autarquias e fundações públicas: as agências executivas	138
2.2. Contrato de gestão e terceiro setor: as organizações sociais	140
2.3. Natureza jurídica do contrato de gestão	140
3. Terceiro setor: as entidades paraestatais	141
3.1. Serviços sociais autônomos	143
3.2. Organizações sociais	144
3.2.1. Conceito	144
3.2.2. O contrato de gestão firmado pelas organizações sociais	147
3.2.3. Fiscalização da execução do contrato de gestão	148
3.2.4. Desqualificação da entidade como organização social	148
3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)	148
3.3.1. Conceituação de entidade sem fins lucrativos para os fins de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público	149
3.3.2. Pessoas que não podem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público	150
3.3.3. Áreas de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público	150
3.3.4. Requerimento da qualificação	151
3.3.5. Formalização da parceria	152
3.3.6. Controle	154
3.3.7. Desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público	154
3.3.8. Distinções entre organização social e organização da so- ciedade civil de interesse público	155
3.4. Entidades de apoio	157
4. Agências executivas	159
5. Agências reguladoras	162

5.1. Introdução	162
5.2. Conceito	164
5.3. Forma jurídica	165
5.4. Características	168
5.4.1. Exercício de atividade regulatória	169
5.4.2. Instrumentos de ampliação da autonomia administrativa ..	171
5.4.3. Poder normativo	175
5.5. Controle	178
5.6. Enumeração das agências reguladoras federais	182

CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..

1. Introdução	185
2. Princípio da supremacia do interesse público	186
3. Princípio da indisponibilidade do interesse público	188
3.1. Interesses públicos primários e interesses públicos secundários	189
4. Princípio da legalidade	191
5. Princípio da moralidade	193
6. Princípio da impessoalidade	196
7. Princípio da publicidade	199
8. Princípio da eficiência	200
9. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	203
10. Princípio da autotutela	208
11. Princípio da continuidade dos serviços públicos	210

CAPÍTULO 6

DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS

1. Noções introdutórias	213
2. Deveres administrativos	214
2.1. Poder-dever de agir	214
2.2. Dever de eficiência	214
2.3. Dever de probidade	215
2.4. Dever de prestar contas	216
3. Poderes da administração pública	216
3.1. Poder vinculado	217
3.2. Poder discricionário	218
3.2.1. Limites ao poder discricionário	220

3.3. Poder hierárquico	222
3.4. Poder disciplinar	225
3.5. Poder regulamentar	227
3.5.1. Aspectos gerais	227
3.5.2. Decretos de execução ou regulamentares	228
3.5.3. Decretos autônomos	230
3.5.4. Regulamentos autorizados	232
3.5.5. Controle judicial	236
3.6. Poder de polícia	236
3.6.1. Introdução e competência para o exercício	236
3.6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais	238
3.6.3. Modalidades de exercício	241
3.6.4. Sanções aplicáveis e limites	242
3.6.5. Fases da atividade de polícia (ciclo de polícia)	244
3.6.6. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Exercício de atividades de polícia administrativa por pessoas jurídicas de direito privado	246
3.6.7. Atributos do poder de polícia	249
3.6.7.1. Discricionariedade	249
3.6.7.2. Autoexecutoriedade	250
3.6.7.3. Coercibilidade	252
3.6.8. Prescrição	253
4. Abuso de poder	256

CAPÍTULO 7

SERVIDORES PÚBLICOS	259
1. Disposições constitucionais gerais relativas aos agentes públicos	259
1.1. Acesso a funções, cargos e empregos públicos	260
1.1.1. Acessibilidade a brasileiros e a estrangeiros	260
1.1.2. Princípio da organização legal do serviço público	261
1.1.3. Requisitos para o acesso a cargos e empregos públicos ..	263
1.1.4. Exigência de concurso público	266
1.1.5. Prazo de validade do concurso	275
1.1.6. Direito à nomeação	276
1.1.7. Prioridade na nomeação	282
1.1.8. Reserva de percentual de cargos e empregos aos portadores de deficiências	284

1.1.9. Cargos em comissão e funções de confiança	288
1.1.10. Contratação por tempo determinado	295
1.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	299
1.3. Direito de greve dos servidores públicos	300
1.4. Disposições constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	304
1.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	304
1.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos (teto constitucional)	308
1.4.3. Limite aos vencimentos dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário	312
1.4.4. Vedação à vinculação e à equiparação de remunerações ..	312
1.4.5. Vedação à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários	314
1.4.6. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	315
1.5. Administração tributária	318
1.6. Vedação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos ..	320
2. Disposições constitucionais concernentes aos servidores em exercício de mandatos eletivos	324
3. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos	325
3.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998	325
3.2. O regime de emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional	327
3.3. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos	329
3.4. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	332
3.5. Remuneração por subsídio	335
3.6. Estabilidade	336
4. Regime de previdência dos servidores públicos	340
5. Disposições legais aplicáveis aos servidores públicos federais (estatutários)	355
5.1. Introdução	355
5.2. Cargos e funções públicas	356
5.3. Provimento	357
5.3.1. Provimento originário e provimento derivado	358
5.3.2. Formas de provimento dos cargos públicos	361
5.3.2.1. Nomeação	361

5.3.2.2. Readaptação	362
5.3.2.3. Reintegração	363
5.3.2.4. Aproveitamento	364
5.3.2.5. Promoção	364
5.3.2.6. Reversão	366
5.3.2.7. Recondução	367
5.4. Posse	370
5.5. Exercício	371
5.6. Estágio probatório	372
5.7. Vacância	377
5.8. Remoção	378
5.9. Redistribuição	380
5.10. Substituição	381
5.11. Direitos e vantagens dos servidores públicos federais	382
5.11.1. Vencimento e remuneração	382
5.11.2. Vantagens	386
5.11.2.1. Indenizações	386
5.11.2.2. Retribuições, gratificações e adicionais	388
5.11.3. Férias	393
5.11.4. Licenças	395
5.11.5. Afastamentos e concessões	401
5.12. Regime disciplinar	402
5.12.1. Deveres e proibições	403
5.12.1.1. Deveres	403
5.12.1.2. Proibições	405
5.12.2. Penalidades	407
5.12.3. Prescrição	410
5.12.4. Responsabilidades	412
5.13. Sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD)	415
5.13.1. Introdução	415
5.13.2. Sindicância	415
5.13.3. Processo administrativo disciplinar	416
5.13.3.1. Instauração	416
5.13.3.1.1. Afastamento temporário	417
5.13.3.2. Inquérito administrativo	418
5.13.3.2.1. Instrução	418
5.13.3.2.2. Defesa	420

5.13.3.2.3. Relatório	420
5.13.3.3. Julgamento	421
5.13.4. Rito sumário (acumulação, abandono de cargo, inassiduidade habitual)	423
5.13.5. Revisão do PAD	424

CAPÍTULO 8

ATOS ADMINISTRATIVOS	427
1. Introdução	427
2. Conceito	428
3. Atos privados praticados pela administração pública	429
4. Fatos administrativos	430
5. Classificações	432
5.1. Atos vinculados e discricionários	432
5.2. Atos gerais e individuais	436
5.3. Atos internos e externos	438
5.4. Ato simples, complexo e composto	439
5.5. Atos de império, de gestão e de expediente	442
5.6. Ato-regra, ato-condição e ato subjetivo	443
5.7. Ato constitutivo, extintivo, modificativo e declaratório	444
5.8. Ato válido, nulo, anulável e inexistente	446
5.9. Ato perfeito, eficaz, pendente e consumado	449
5.9.1. Ato eficaz <i>versus</i> ato exequível	452
6. Requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos	454
6.1. Competência	454
6.1.1. Delegação e avocação de competências	455
6.1.2. Excesso de poder, função de fato e usurpação de função ..	458
6.2. Finalidade	460
6.2.1. Desvio de finalidade	460
6.3. Forma	461
6.3.1. Vício de forma	462
6.4. Motivo	463
6.4.1. Vício de motivo	464
6.5. Objeto	465
6.5.1. Vício de objeto	466
7. Mérito do ato administrativo	468
8. Motivação	471

8.1. Teoria dos motivos determinantes	474
9. Atributos do ato administrativo	475
9.1. Presunção de legitimidade	476
9.2. Imperatividade	478
9.3. Autoexecutoriedade	478
9.4. Tipicidade	482
10. Espécies de atos administrativos	482
10.1. Atos normativos	482
10.2. Atos ordinatórios	484
10.3. Atos negociais	484
10.3.1. Licença	486
10.3.2. Autorização	486
10.3.3. Permissão	489
10.4. Atos enunciativos	490
10.4.1. Certidão e atestado	492
10.4.2. Parecer	493
10.4.3. Apostila	494
10.5. Atos punitivos	494
11. Extinção dos atos administrativos	495
11.1. Anulação	496
11.2. Revogação	499
11.2.1. Atos que não podem ser revogados	500
11.3. Cassação	502
11.4. Outras formas de extinção dos atos administrativos	503
12. Convalidação	504
13. Conversão	509

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	513
1. Introdução	513
2. Conceito de contrato administrativo e de contrato da administração	514
3. Objeto e características gerais dos contratos administrativos	516
3.1. Formalismo	517
3.2. Contrato de adesão	518
3.3. Pessoaalidade (<i>intuitu personae</i>)	519
4. Prerrogativas de direito público da administração contratante (“cláusulas exorbitantes”)	520

4.1. Poder de alteração unilateral do contrato	522
4.1.1. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	523
4.2. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato	525
4.3. Fiscalização da execução do contrato	526
4.4. Aplicação direta de sanções	527
4.5. Ocupação temporária	529
4.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	530
4.7. Exigência de garantia	532
4.8. Exigência de medidas de compensação	534
5. Prazo de duração e prorrogação dos contratos administrativos	537
6. Responsabilidade pela execução do contrato e respectivos encargos	539
7. Recebimento do objeto do contrato	541
8. Extinção do contrato	543
8.1. Anulação	543
8.2. Rescisão	545
9. Teoria da imprevisão	549
9.1. Causas que justificam a inexecução do contrato	550
9.1.1. Força maior e caso fortuito	551
9.1.2. Fato do príncipe	552
9.1.3. Fato da administração	552
9.1.4. Interferências imprevistas	553
10. Principais contratos administrativos	554
10.1. Contrato de obra pública	554
10.2. Contrato de serviço	558
10.3. Contrato de fornecimento	559
10.4. Contrato de concessão	561
11. Convênios administrativos	563
11.1. Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/2007)	567

CAPÍTULO 10

LICITAÇÕES PÚBLICAS	573
1. Introdução	573
2. Conceito, finalidade e objeto das licitações públicas	576
3. Princípios orientadores das licitações públicas	577
3.1. Formalismo	578
3.2. Publicidade dos atos	578



3.3. Igualdade entre os licitantes	579
3.3.1. Favorecimento a produtos e serviços nacionais: critérios de desempate, "margens de preferência", licitações com participação restrita	582
3.3.2. Preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte	588
3.4. Sigilo na apresentação das propostas	590
3.5. Vinculação ao instrumento convocatório	590
3.6. Julgamento objetivo	591
3.7. Proibição e moralidade administrativa	591
3.8. Adjudicação obrigatória ao vencedor	592
3.9. Competitividade	593
4. Fases do procedimento licitatório	593
4.1. Introdução	593
4.2. Audiência pública	595
4.3. Edital	595
4.3.1. Antecedência mínima do edital	598
4.3.2. Impugnação administrativa do edital	599
4.4. Carta-convite	600
4.5. Comissão de licitação	600
4.6. Habilitação dos licitantes	601
4.6.1. Registros cadastrais	604
4.7. Julgamento das propostas	606
4.8. Homologação e adjudicação ao vencedor	608
5. Licitações diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte	609
6. Modalidades de licitação	611
6.1. Introdução	611
6.2. Concorrência	612
6.3. Tomada de preços	613
6.4. Convite	614
6.5. Concurso	615
6.6. Leilão	616
6.7. Pregão	617
6.8. Consulta	623
7. Tipos de licitação	626
8. Sistema de registro de preços	629
9. Alienação de bens pela administração pública	633
10. Inexigibilidade e dispensa de licitação	634

10.1. Inexigibilidade de licitação	635
10.2. Dispensa de licitação	638
10.2.1. Licitação dispensável	639
10.2.2. Licitação dispensada	644
10.3. Motivação, ratificação e formalidades exigidas nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação	648
11. Anulação e revogação da licitação	649
12. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade (Lei 12.232/2010)	651
13. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (Lei 12.462/2011)	657
14. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de produtos e de sistemas de defesa (MP 544/2011)	667

CAPÍTULO 11

SERVIÇOS PÚBLICOS	671
1. Noções introdutórias	671
2. Conceito de serviço público	675
2.1. Serviço público em sentido subjetivo e em sentido objetivo	676
2.2. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público	676
2.3. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público	678
2.3.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas	679
2.3.2. Atividades jurídicas do Estado <i>versus</i> atividades sociais do Estado	681
2.4. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra	682
3. Classificações	686
4. Distribuição constitucional das competências para a prestação de serviços públicos	690
5. Formas de prestação dos serviços públicos	694
6. Regulamentação e controle	696
7. Concessão e permissão de serviço público	700
7.1. Definições legais e aspectos gerais	700
7.2. Licitação prévia à celebração dos contratos	705
7.3. Cláusulas essenciais dos contratos	711
7.4. Prazo	714

7.5. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário	718
7.6. Política tarifária	724
7.7. Direitos e obrigações do usuário	731
7.8. Obrigações da concessionária (ou permissionária)	733
7.8.1. Serviço adequado	735
7.9. Prerrogativas do poder concedente	737
7.9.1. Intervenção na concessão (ou permissão)	743
7.10. Extinção da concessão (ou permissão)	744
8. Parcerias público-privadas	749
8.1. Noções introdutórias	749
8.2. Modalidades de parcerias público-privadas	752
8.3. Cláusulas contratuais, contraprestação da administração pública e garantias	755
8.4. Sociedade de propósito específico	758
8.5. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas	758
8.6. Regras aplicáveis especificamente à União	762
8.6.1. Órgão gestor de parcerias público-privadas	762
8.6.2. Fundo garantidor de parcerias público-privadas	763
9. Autorização de serviço público	766

CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	773
1. Conceito	773
2. Evolução	774
2.1. Irresponsabilidade do Estado	774
2.2. Responsabilidade com culpa civil comum do Estado	775
2.3. Teoria da culpa administrativa	775
2.4. Teoria do risco administrativo	775
2.5. Teoria do risco integral	776
3. Fundamentos justificadores da responsabilidade objetiva do Estado ..	777
4. O art. 37, § 6.º, da Constituição: responsabilidade objetiva	777
5. A responsabilidade subjetiva da administração	782
6. Força maior e caso fortuito	787
7. Danos de obra pública	793
8. Atos legislativos	795

9. Atos jurisdicionais	796
10. A ação de reparação do dano: particular x administração	798
11. A ação regressiva: administração x agente público	801
12. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público	806

CAPÍTULO 13

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	811
1. Introdução	811
2. Conceito	812
3. Classificação das formas de controle	813
3.1. Conforme a origem	813
3.1.1. Controle interno	813
3.1.2. Controle externo	814
3.1.3. Controle popular	815
3.2. Conforme o momento de exercício	816
3.2.1. Controle prévio ou preventivo (<i>a priori</i>)	816
3.2.2. Controle concomitante	816
3.2.3. Controle subsequente ou corretivo	817
3.3. Quanto ao aspecto controlado	817
3.3.1. Controle de legalidade ou legitimidade	817
3.3.2. Controle de mérito	819
3.4. Quanto à amplitude	822
3.4.1. Controle hierárquico	822
3.4.2. Controle finalístico	822
4. Controle exercido pela administração sobre seus próprios atos (controle administrativo)	824
4.1. Introdução	824
4.2. Processos administrativos	829
4.2.1. Noções gerais	829
4.2.2. Recursos administrativos	832
4.2.2.1. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio	834
4.2.3. Princípios	836
4.2.3.1. Oficialidade	837
4.2.3.2. Informalismo	839
4.2.3.3. Instrumentalidade das formas	840

4.2.3.4. Verdade material	841
4.2.3.5. Gratuidade	842
4.2.3.6. Contraditório e ampla defesa	843
4.3. Prescrição administrativa	844
5. Controle legislativo	851
5.1. Introdução	851
5.2. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto	852
5.2.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional	852
5.2.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal	856
5.2.3. Controle exercido por meio de comissões	856
5.3. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição de 1988	858
5.3.1. Atribuições dos tribunais de contas	863
5.3.2. Os tribunais de contas e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (Súmula Vinculante 3) ...	872
6. Controle judiciário	878
6.1. Introdução	878
6.2. Controle judicial em espécie	880
6.2.1. Mandado de segurança	880
6.2.1.1. Introdução	880
6.2.1.2. Bem jurídico tutelado	881
6.2.1.3. Objeto	882
6.2.1.4. Restrições	884
6.2.1.5. Sujeitos	886
6.2.1.6. Liminar	888
6.2.1.7. Aspectos processuais, sentença e coisa julgada ..	891
6.2.1.8. Prazo	894
6.2.1.9. Mandado de segurança coletivo	895
6.2.1.9.1. Introdução	895
6.2.1.9.2. Objeto e sujeitos	895
6.2.1.9.3. Aspectos processuais e coisa julgada ..	898
6.2.1.9.4. Distinção entre mandado de segurança coletivo e ação popular	900
6.2.2. Ação popular	900
6.2.2.1. Introdução	900
6.2.2.2. Bens jurídicos tutelados	901
6.2.2.3. Objeto	903

6.2.2.4. Sujeitos	904
6.2.2.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença	906
6.2.3. Ação civil pública	908
6.2.3.1. Introdução	908
6.2.3.2. Bens jurídicos tutelados	909
6.2.3.3. Objeto	912
6.2.3.4. Sujeitos	913
6.2.3.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença	915
6.2.3.6. Diferenças entre ação civil pública e ação popular	915
7. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992)	917
7.1. Aspectos gerais	917
7.1.1. Base constitucional e regulamentação legal	917
7.1.2. Sujeitos passivos	918
7.1.3. Sujeitos ativos	919
7.1.4. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instâncias	920
7.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis	921
7.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais	923
7.4. Juízo competente	926
7.5. Prescrição	928

CAPÍTULO 14

O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999)	929
1. Introdução	929
2. Abrangência e aplicação	930
3. Princípios	930
4. Direitos e deveres dos administrados	932
4.1. Direito a regime de tramitação prioritária	933
5. Início do processo e legitimados a sua instauração	934
6. Impedimento e suspeição	935
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	936
8. Intimação do interessado	937

9. Instrução e decisão	939
10. Desistência e extinção do processo	942
11. Recurso administrativo	942
12. Contagem de prazos	947

CAPÍTULO 15

BENS PÚBLICOS	949
1. Conceito	949
2. Classificação	951
2.1. Quanto à titularidade	952
2.2. Quanto à destinação	952
2.3. Quanto à disponibilidade	953
3. Características	954
3.1. Inalienabilidade	954
3.2. Impenhorabilidade	955
3.3. Imprescritibilidade	958
3.4. Não onerabilidade	958
4. Afetação e desafetação	959
5. Principais espécies de bens públicos	960
5.1. Terras devolutas	960
5.2. Terrenos de marinha	960
5.3. Terrenos acrescidos	960
5.4. Terrenos reservados	961
5.5. Terras ocupadas pelos índios	961
5.6. Plataforma continental	961
5.7. Ilhas	961
5.8. Faixa de fronteiras	962
5.9. Águas públicas	962
6. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão	962

CAPÍTULO 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO	969
1. Introdução	969
2. Autorização constitucional	970
3. Fundamentos da intervenção	971

4. Competência	971
5. Modos de intervenção	972
5.1. Servidão administrativa	973
5.1.1. Instituição da servidão	974
5.1.2. Indenização	974
5.1.3. Extinção	975
5.1.4. Principais características	975
5.2. Requisição	975
5.2.1. Objeto e indenização	976
5.2.2. Instituição e extinção	976
5.2.3. Principais características	977
5.3. Ocupação temporária	977
5.3.1. Instituição, extinção e indenização	978
5.3.2. Características	978
5.4. Limitações administrativas	979
5.4.1. Distinções de outros institutos	979
5.4.2. Instituição e indenização	980
5.4.3. Características	980
5.5. Tombamento	981
5.5.1. Espécies	981
5.5.2. Instituição	982
5.5.3. Processo do tombamento	982
5.5.4. Efeitos do tombamento	983
5.6. Desapropriação	983
5.6.1. Pressupostos	984
5.6.2. Autorização constitucional	986
5.6.3. Bens desapropriáveis	987
5.6.4. Competência	991
5.6.5. Destinação dos bens	992
5.6.6. Procedimento de desapropriação	992
5.6.6.1. Fase declaratória	993
5.6.6.2. Fase executória	994
5.7. Ação de desapropriação	995
5.7.1. Contestação	996
5.7.2. Imissão provisória na posse	996
5.7.3. Sentença e transferência do bem	997

5.7.4. Indenização	998
5.7.5. Desistência da desapropriação	998
5.7.6. Desapropriação indireta	999
5.7.7. Direito de extensão	1002
5.7.8. Tredestinação	1002
5.7.9. Retrocessão	1003
5.7.10. Desapropriação rural	1003
5.7.10.1. Indenização	1004
5.7.10.2. Procedimento	1006
5.7.11. Desapropriação confiscatória	1008
5.8. Formas de intervenção previstas no Estatuto da Cidade	1009
5.8.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	1010
5.8.2. Aplicação do IPTU progressivo no tempo	1011
5.8.3. A desapropriação no Estatuto da Cidade	1011
5.8.4. Direito de preempção	1013
6. Atuação do Estado no domínio econômico	1014
6.1. Modalidades de atuação no domínio econômico	1014
6.1.1. Monopólio	1014
6.1.2. Repressão ao abuso do poder econômico	1015
6.1.3. Controle de abastecimento	1015
6.1.4. Tabelamento de preços	1016
6.1.5. Criação de empresas estatais	1016
BIBLIOGRAFIA	1017